

ARTIGO

DANÇAS, PERFORMANCES E (NOVAS) “EPIDEMIAS”: O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO?¹

WILL PARANHOS¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4454-4272>
 <profewillparanhos@gmail.com>

ELIZABETH FERNANDES DE MACEDO¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4886-8709>
 <bethmacedo@pobox.com>

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

RESUMO: A polêmica em torno do *Batcu* ocorrido durante o evento *Em Prosa Brasil - 1º Encontro de Mobilização para a Promoção da Saúde no Brasil* nos convida a (re)pensar alguns aspectos em relação às *performances* e à performatividade. Quais corpos podem performar? Onde podem performar? Existe a definição de uma territorialidade adequada para tais *performances*? Deslocando o debate para o campo da educação, como tal movimento nos possibilita um também (re)pensar o espaço da escola, sendo este não um território, mas sim um local? Neste artigo, pretendemos problematizar os dispositivos que tornam determinadas *performances* inteligíveis em detrimento de outras, criando emaranhamentos com as políticas identitárias que, por um lado, avançam em suas pautas, mas que, por outro, se percebem, mais uma vez, resguardadas a determinados espaços, sobretudo quando escondidas em “quatro paredes”, dando continuidade às estruturas de exploração biopolíticas. Interessa-nos pensar também a partir da localização de tais *performances*, difratando com corpos “sudakas” que cada vez mais vazam por fissuras, ocupam espaços, dentre os quais a escola, e nos exigem tentativas, e sempre tentativas, de escapar das capturas normatizadoras.

Palavras-chave: performatividade, currículo, escola.

DANCES, PERFORMANCES AND (NEW) “EPIDEMICS”: WHAT DOES SCHOOL HAVE TO DO WITH IT?

ABSTRACT: The controversy surrounding *Batcu* that occurred during the event *Em Prosa Brasil - 1st Mobilization Meeting for Health Promotion in Brazil* invites us to (re)think some aspects in relation to performances and performativity. Which bodies can perform? Where can they perform? Is there a definition of an appropriate territoriality for such performances? Shifting the debate to the field of education, how does such a movement enable us to also (re)think the school space, this being not a territory, but a location? The article aims to problematize the devices that make certain performances intelligible to the detriment of others, creating entanglements with identity policies that, on the one hand, advance their agendas, but which, on the other, are perceived, once again, to be reserved to certain spaces, especially when hidden within “four walls”, continuing biopolitical structures of exploitation. We are also interested in thinking about the location of such performances, diffracting with “*sudaka*” bodies that

¹ Artigo publicado com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/Brasil para os serviços de edição, diagramação e conversão de XML.

increasingly leak through fissures, occupy spaces, including the school, and require us to make attempts, and always attempts, to escape the normative captures.

Keywords: performativity, curriculum, school.

DANZAS, PERFORMANCES Y (NUEVAS) “EPIDEMIAS”: ¿QUÉ TIENE LA ESCUELA QUE VER CON ESTO?

RESUMEN: La polémica alrededor al Batcu ocurrido durante el evento Em Prosa Brasil - *1er Encuentro de Movilización para la Promoción de la Salud en Brasil* -, nos invita a (re)pensar algunos aspectos alrededor de la performance y la performatividad. ¿Qué cuerpos pueden actuar? ¿Dónde pueden actuar? ¿Existe una definición de una territorialidad adecuada para tales actuaciones? Llevando el debate al campo de la educación, ¿cómo este movimiento nos permite (re)pensar también el espacio escolar, que no es un territorio sino un lugar? El artículo pretende problematizar los dispositivos que hacen inteligibles ciertas actuaciones en detrimento de otras, creando enredos con políticas de identidad que, por un lado, promueven sus agendas, pero que, por el otro, se perciben, una vez más, como reservadas a ciertos espacios, especialmente cuando están escondidas entre “cuatro paredes”, continuando estructuras biopolíticas de explotación. También nos interesa pensar en la ubicación de tales performances, difractando con cuerpos “sudaka” que cada vez más se filtran por fisuras, ocupan espacios, incluida la escuela, y nos exigen hacer intentos, y siempre intentos, de escapar de las capturas normativas.

Palabras clave: performatividad, currículo, escuela.

Cena 1: Duas professoras, sentadas à mesa da sala das professoras e professores, durante o intervalo em uma escola pública, conferindo suas redes sociais:

- Menina, você viu isso que aconteceu ontem?
- Não. O quê?
- Não sei ao certo, mas parece que estava acontecendo um evento lá no Ministério da Saúde e, durante o intervalo, realizaram uma apresentação de dança. Era “essa gente” LGBT. Tinham uns cantando e uma, ou um, sei lá, dançando em cima do palco.
- Mas o que tem de mais nisso?
- Ah, acontece que a dançarina - vou chamar assim, porque não sei direito “o que é” - estava lá na frente rebolando, ficando de quatro no chão, até as roupas íntimas dela apareciam.
- Mentira! Sério mesmo? Não é fake news?
- Que fake news, que nada! Olha aqui o vídeo.
- Mas, o que é isso que essa gente tá cantando? Batcu?
- Pois agora você veja, por isso que o mundo está perdido mesmo. Onde é que já se viu fazer uma coisa desse tipo em um lugar igual ao Ministério da Saúde?
- Sim, completamente inapropriado. Ainda mais com uma música dessas. Se é que a gente pode chamar um absurdo desses de música.
- Ai depois as crianças veem isso na internet e querem fazer igual aqui dentro da escola.
- Exatamente, e o pior é que, no final, sobra pra gente. Ai vem aquele monte de pai e mãe querendo saber o que é que está acontecendo na escola, porque a filha ou o filho deles só pode ter aprendido isso aqui, já que em casa esse tipo de coisa não entra.
- E como é que não vai entrar? Deveria existir uma lei para proibir esse tipo de coisa!

INTRODUÇÃO

Talvez a pergunta que ressoe mais fortemente ao nos depararmos com a cena apresentada seja: de que maneira uma *performance* “qualquer” se relaciona com os aspectos curriculares e com o campo da escola? Propomo-nos, em nossa escrita, a pensar em torno da repercussão gerada a partir de uma *performance* em que uma dançarina “rebolava” ao som de *Batcu*, música da artista drag Aretuza Lovi em

parceria com a funkeira Valesca Popozuda, fato ocorrido durante o evento *Em Prosa Brasil - 1º Encontro de Mobilização para a Promoção da Saúde no Brasil* em 5 de outubro de 2023, organizado pelo Ministério da Saúde, contexto que se tornou a fagulha que reacendeu toda uma discussão acerca daquilo que se tem por apropriado ou não para determinados espaços. Esse é somente um exemplo do qual fazemos uso para analisarmos parte de uma problemática, bastante antiga, que atinge – e apavora – escolas e docentes, quando músicas e danças “eróticas” adentram os muros de um lugar que deveria – ao menos para o senso comum – ser asséptico. A questão não é o *Batcu*, o *arrocha*, o *funk* ou dançar *Na Boquinha da Garrafa*, mas, sim, aquilo que pode, aquilo que não pode e aquilo que talvez possa, a depender do local.

Justamente com base nesse provável questionamento que emerge diante da cena anteriormente fabulada, e pensando em criarmos emaranhados mais amplos e complexos para difratarmos² em conjunto, é que, ao perceber suas nuances, apresentamos também nossas principais inquietações, as quais nortearão a escrita, sempre tateante, do presente texto: Quais corpos podem performar? Onde podem performar? Existe a definição de uma territorialidade adequada para tais *performances*? E, deslocando o debate para o campo da educação, como tal movimento nos possibilita um também (re)pensar o espaço da escola, sendo este não um território, mas um local? De acordo com Macedo e Ranniery (2022, p. 2):

Em conhecida genealogia do neoliberalismo, Michel Foucault (2008) mostrou como esse regime, antes de tudo, constitui subjetividades que lhe são correlatas. O neoliberal não é um outro distante de nós, mas uma espécie de ethos que pode vir a nos caracterizar a todos nós, mesmo quando se afirma ser de esquerda, mesmo quando se defende os direitos humanos ou quando detesta seus princípios.

É desse lócus neoliberal, e de alguns signos ali produzidos, que partimos, seguindo rastros de uma submetodologia indisciplinada (Mombaça, 2016), com o objetivo de problematizar alguns dos dispositivos que tornam determinadas *performances* inteligíveis em detrimento de outras, justamente em uma conjuntura em que as pautas identitárias, por um lado, avançam em suas demandas, mas que, por outro, se percebem, enquanto corpos em dissidência, mais uma vez resguardadas a determinados espaços, sobretudo quando escondidas entre “quatro paredes”, dando continuidade a estruturas de exploração biopolíticas que buscam docilizá-los (Paranhos; Wiggers; Willerding, 2022).

Aprendemos, principalmente ao falarmos sobre performatividade, que se faz necessário um deslocamento constante de nosso campo de atuação, a fim de observarmos como outros contextos têm se comportado diante das demandas neoliberais que não tardam a impactar a educação – quando não incidem, antes de tudo, sobre ela. Assim, o “rebolado” executado dentro de um espaço público como o do Ministério da Saúde e, especialmente, todos os reflexos que dali decorreram nos “[...] oferecem oportunidades para pensar sobre nós mesmos de maneira diferente” (Ball; Olmedo, 2013, p. 87, tradução nossa), crendo que, em nosso exercício docente, temos de criar maneiras de escapar das constantes capturas perpetradas pelo “cistema”³ hegemônico neoliberal.

² “A difração é um fenômeno físico relacionado às ondas, sejam elas de luz, som, água ou outros. Diferentemente da reflexão, em que a onda é emitida, encontra um obstáculo e reflete, mudando sua direção, na difração, após o encontro com o obstáculo, a onda cria outros movimentos, como o atravessamento do obstáculo por pequenos orifícios (a onda contrai-se), a transposição pelas margens da barreira, o rebatimento, [...] não apenas mudando de direção, mas também de forma, sentido, estrutura e outros. A reflexão é uma maneira de representação, tão somente. Já no fenômeno da difração é que as diferenças surgem (Donna Haraway, 1997; Karen Barad, 2007)” (Paranhos; Jimenez-Jimenez, 2023, p. 153).

³ Dando a ideia de um sistema que se organiza em torno da cisgeneridade (Oliveira, 2018).

Assim, organizamos este texto partindo da cena apresentada e desta introdução; seguimos apresentando um debate conceitual em torno de *performance* e performatividade; pensamos, na terceira seção, como a performatividade se constitui em um dispositivo que cria territórios definidos; trazemos, posteriormente, alguns comentários retirados da rede social Instagram que representam parte da repercussão gerada a partir da *performance* em questão e, por fim, nos ocupamos em demonstrar a necessidade de repensarmos a performatividade e a escola, a fim de que esta última, como lugar, se abra, de fato, à alteridade, distanciando-se – ou, ao menos, tentando distanciar-se – do constante controle dos corpos.

PERFORMANCE E PERFORMATIVIDADE⁴

Considerando a centralidade que os processos de subjetivação possuem em nossa discussão, acreditamos que as leituras de Judith Butler se tornam indispensáveis, colocando-as “[...] em funcionamento para pensar outras normatividades” (Macedo; Miller, 2022, p. 5). Tais processos se referem, grosso modo, à construção das subjetividades dos sujeitos, sempre debatidas teoricamente de modo distinto, a depender da matriz em que se sustentam (Mansano, 2009). Butler questiona, justamente, os processos de construção das subjetividades – subjetivação –, por entender que estes não obedecem a uma linearidade e congruência. Ao contrário, Butler defende que a sujeição é sempre contingente e precária, visto que nunca atinge um fim. A performatividade, núcleo duro de todas as discussões propostas pela autora, o qual começa a ser desenvolvido em *Problemas de Gênero*, publicado em 1990, torna-se central para esse movimento de crítica realizado por ela (Colling; Arruda; Nonato, 2019).

Ao debruçar-se sobre a identidade de gênero, Judith Butler questiona como tal identidade é constituída ao percebê-la dentro de um quadro de rígidas regulações. A partir do conceito de inscrição de Michel Foucault, Butler entende que o poder, na figura das normas e convenções sociais, é inscrito sobre os corpos, que passam a incorporar tais normas e a produzir corpos – os próprios e outros – que significam essa lei por meio de suas próprias corporalidades (marcas corporais). Nesse processo – o qual, talvez, possamos perceber como cíclico –, o gênero se forma a partir das expressões que seriam, para Butler, também seus resultados (Rocha, 2014).

O processo de inscrição, produção e reprodução de corpos a partir das/nas/com as normas sociais estabelecidas é tido por Butler como sendo a performatividade, “[...] compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como uma prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (Butler, 2001, p. 154). Para a autora, a “[...] realidade do sujeito que diz, do corpo que fala e age, é performativamente produzida *in situ*⁵ pelo que é dito e feito” (Borba,

⁴ Lyotard (1986) parte, em suas discussões, da noção de “visão performativa” de John Langshaw Austin, a qual defende não haver “[...] uma preocupação em delimitar as fronteiras entre a filosofia e a lingüística” (Ottoni, 2002, p. 122), inaugurando o que ficou conhecido como filosofia da linguagem. De modo muito sintético, pode-se compreender que, para Austin, os verbos, quando enunciados, além de descreverem uma ação, também têm a capacidade de executá-la (Austin, 1990). Desse modo, os verbos são performativos. Um exemplo bastante clássico, utilizado pelo autor, é o dos votos de casamento por meio da utilização de “aceito”, em que o termo expressa muito mais do que seu significado, pois é ele que produz a ideia de matrimônio. A performatividade seria “[...] uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação e mesmo, tal como define Lyotard, um sistema de ‘terror’, sistema que implica julgamento, comparação e exposição, tomados respectivamente como formas de controle, de atrito e de mudança” (Ball, 2010, p. 38) e que, por sua parte, se baseia “[...] em recompensas e sanções (tanto materiais quanto simbólicas)” (Ball, 2003, p. 216). É esse o emaranhado conceitual que, lapidado por Ball, servirá de base para inúmeros estudos e pesquisas que buscam perceber a maneira como a performatividade “constrói” pessoas e, consequentemente, todo o tecido social.

⁵ *In situ* é uma expressão de origem latina que significa “no lugar”.

2014, p. 448). Em outras palavras, podemos pensar que os sujeitos se constituem a partir da performatividade, a qual é arquitetada, por sua vez, pela *performance* dos sujeitos.

Contudo, não foram raras as críticas dirigidas a Judith Butler, ao considerar que sua teoria era demasiado voluntarista. A autora, a fim de rebatê-las,

[...] propôs uma diferenciação entre *performance* de gênero e performatividade de gênero. Nessa distinção, *performance* seria aquela realizada pelas pessoas drags e que se caracteriza por um ato limitado, produto de uma vontade ou de uma eleição de quem a realiza. ‘É um erro reduzir a performatividade à *performance*’ (Butler, 2002:69). Já a performatividade de gênero, como explicamos anteriormente, não é caracterizada pela eleição ou agência do sujeito, mas pelo efeito repetido da norma, ainda que essas repetições nem sempre sejam realizadas da maneira como as normas desejam (Colling; Arruda; Nonato, 2019, p. 13-14).

Chegamos, assim, a um ponto em que percebemos “[...] um modelo performativo da identidade no qual nossas ações, repetidas incessantemente, constituem a identidade como se fosse algo natural[,] um efeito de *performances* repetidas que reatualizam discursos histórica e culturalmente específicos” (Borba, 2014, p. 448).

Seguindo o horizonte butleriano, depreendemos que a interação entre *performance* e performatividade produz, e é produzida, pelas normas vigentes no cenário performativo social. O que queremos dizer com isso, amparando-nos em Butler (2002), é que não há sujeito que seja completamente livre em sua construção, seja ela de gênero, social, política, entre outras, no instante em que, desde sempre, se está respondendo às normas sociais que são os pilares da performatividade, a qual depende dessa constante interação e, mormente, de sua repetição para que se estabeleça.

Por fim, queremos aqui criar uma analogia que, talvez, simplifique um pouco o entendimento em torno da performatividade, quase-conceito que, não raro, deixa dúvidas. Podemos imaginar que a linguagem seja um vírus que, para se disseminar, necessita de vetores, no caso, nós, os sujeitos. Por mais que não percebamos, milhares de vírus passam por nossos corpos todos os dias e, de nossos corpos, disseminam-se para outros corpos, sejam eles humanos ou não humanos. O mesmo ocorre com a linguagem, que passa por nós sem que tenhamos algum tipo de estranhamento, haja vista ser o exercício linguístico algo que se encontra introjetado em nossas vidas; é algo automático, para o qual não nos esforçamos em realizar. Tal qual na disseminação viral, em que, ao passar pelos corpos, os vírus modificam sua estrutura, o mesmo ocorre com a linguagem que, ao entrar em contato conosco, se modifica.

Entretanto, para que a disseminação tenha êxito e siga seu curso multiplicativo, é fundamental que haja um reconhecimento. Ainda tomando por base a analogia da atividade viral, podemos dizer que o reconhecimento é o momento em que o vírus encontra em nossos corpos “brechas” para que possa ocorrer a infecção. Voltando à linguagem como performatividade, o reconhecimento também é obrigatório para que se institua a iterabilidade, promovendo sua disseminação. Mesmo que não haja a infecção – reconhecimento –, o vírus irá se disseminar usando-nos como veículo. Entretanto, caso sejamos acometidos pela virose, não raro nos tornamos transmissores em potencial, além de inaugurarmos um novo “contexto”, o qual nomeamos de doença. Com a linguagem não é diferente. Se ela nos “infecta”, com toda a certeza será repetida de maneiras muito mais expressivas, gerando inúmeros efeitos, bem como criando um contexto de significação – opiniões, achismos, defesas, teses...

Por mais que investiguemos os efeitos, será muito difícil precisar a gênese de qualquer pandemia viral, visto que ela já se iniciou há muito tempo, já se reconfigurou por diversas vezes,

escapando de qualquer possibilidade de encontrarmos seu princípio, em uma tentativa de “cura”. Em face disso, é que, geralmente, se desenvolvem vacinas que lutam contra o vigor da atuação viral, produzindo anticorpos para combatê-lo, e não um remédio que produza a cura. E com relação à performatividade? Retornaremos a esse ponto adiante.

PERFORMATIVIDADE E CRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS

Partindo do pressuposto de que não existe processo de subjetivação e de materialização corporal que seja isento das agências oriundas da atividade performática, torna-se imperioso analisarmos em que contexto a performatividade opera atualmente, a fim de pensarmos a respeito dos reflexos que tal arquitetura pode vir a produzir no cotidiano, na vida e, em especial, naqueles corpos que possuem um desejo intenso de romper com as fixações na construção de suas próprias histórias.

Atendo-nos, principalmente, ao cenário brasileiro, devemos retornar ao ano de 2013, momento em que se iniciaram, em nosso país, protestos bastante expressivos, conhecidos como Jornadas de Junho, que rapidamente foram cooptados pelas alas mais conservadoras que, desde a eleição do primeiro governo popular em 2002, amargavam posições quase sempre coadjuvantes ou, até mesmo, de figuração. Por conta da rápida e estratégica mobilização, o conservadorismo nacional conquistou lugar de destaque nas eleições de 2014 e, trabalhando incansavelmente nos dois anos posteriores, garantiu o tão desejado *impeachment* de Dilma Rousseff, primeiro passo para que pudessem chegar ao poder no ano de 2018. Sem embargo, deve-se destacar que esse movimento seguia, à época, uma tendência internacional (Löwy, 2015), a qual se instituía com base no “[...] declínio da democracia liberal e [no] endurecimento repressivo de regimes políticos escolhidos via procedimentos democráticos” (Almeida, 2019, p. 186).

Para Löwy (2015), em sua análise global, os grupos conservadores possuem uma tendência a valer-se de discursos anticorrupção como forma de chamar a atenção do eleitorado e, a partir daí, iniciam a defesa de bandeiras que são essenciais para que haja o avanço do neoliberalismo político, econômico e social. Essa estratégia também lhes possibilita “[...] justificar o poder das oligarquias tradicionais e, segundo o caso, legitimar golpes militares” (Löwy, 2015, p. 662). Com relação às bandeiras, infelizmente podemos sistematizar uma extensa lista de pautas que tendem a operar de maneira apelativa, angariando novos defensores: religiosidade, defesa dos valores tradicionais, defesa da família tradicional, militarização – clamando pela intervenção militar e trazendo consigo um saudosismo por épocas ditatoriais –, armamentismo, expansão do agronegócio e retraimento das pautas ambientalistas, defesa de um Estado mínimo, privatizações em larga escala, entre outras (Löwy, 2015; Almeida, 2019).

Afunilando nossa contextualização e voltando-nos à figura, bastante controversa e, pode-se dizer, por vezes caricata – porém não em um sentido positivo –, do ex-presidente que representava os valores conservadores, observamos a invocação de uma considerável proeminência da figura do “macho”, viril e provedor (Brito, 2022), o que é ilustrado por meio de manifestações públicas em que ele fazia questão de reafirmar-se como a personificação de tal imagem, a exemplo de seu discurso durante o desfile de 7 de setembro de 2022, quando o ex-governante entoou um coro se referindo a si mesmo: “imbrochável, imbrochável, imbrochável, imbrochável, imbrochável” (Senra, 2022).

O sujeito que representa essa performatividade neoliberal e, por diversas vezes, conservadora é definido por Brown (2017) como *homo economicus*. Não é por acaso que o primeiro termo da definição seja *homo*, fazendo referência ao homem cisgênero. Contudo, o que aqui nos interessa é a discussão feita

por Brown (2017, p. 277) acerca da necessidade que tal sujeito performativo possui de “[...] ontologizar [...] o indivíduo, a família heterossexual nuclear e a diferença sexual” a fim de organizar o tecido social. Desse modo, valendo-se de uma performatividade do trabalho generificada, fica a cargo do homem – sempre dotado de capacidade – prover e da mulher ser o “arrimo” da família, mas somente no que tange aos aspectos do cuidado, afinal, será ela a responsável por todos aqueles sujeitos considerados improdutivos.

Dito de maneira diferente, enquanto o *homo oeconomicus* neoliberal é ao mesmo tempo gendricado [...] e gendricante [...] em sua ascendência e disseminação, isso é ilegível em seus próprios termos. A responsabilidade contínua das mulheres em prover assistência, nas mais variadas formas, dentro e fora do lar, significa que as mulheres ao mesmo tempo *requerem* a infraestrutura social visível que o neoliberalismo busca dismantelar por meio da privatização e são a infraestrutura invisível que sustenta um mundo supostamente formado por capitais humanos investidores de si. Portanto, a figura do *homo oeconomicus* não é simplesmente ilusória ou ideológica em sua negação das pessoas e práticas que constituem e sustentam a vida humana. Ao contrário, quando o *homo oeconomicus* se torna a verdade governante, quando organiza as leis, condutas, políticas e os arranjos cotidianos, os fardos e a invisibilidade sobre aqueles indivíduos e práticas excluídos se intensificam (Brown, 2017, p. 280).

O raciocínio que vimos construindo é importante para assegurarmos que os sujeitos são “[...] o resultado de infindáveis processos de construção de identidades que são, em maior ou menor grau, mas nunca completamente, constrangidos pelas contingências do determinado momento histórico em que se inscrevem” (Ball; Olmedo, 2013, p. 87, tradução nossa), porém este, por sua vez, nunca é somente um começo ou fim constante. O sujeito inscrito na performatividade social é um devir ou, como diria Wayar (2021), um gerúndio, um “vamos-sendo”, pois está em constante processo de tensão e deslocamento, considerando-se os pressupostos sociais, políticos e econômicos que nele se inscrevem.

Se somos resultados da performatividade e se, ao mesmo tempo, a “alimentamos”, concluímos que ela também pode ser definida como uma atividade maquinaica, que está constantemente se formulando e reformulando, a depender de inúmeros aspectos que estão ali imbricados. “Essas situações são o que poderíamos chamar de estados de dominação e implicam a quase total impossibilidade de desenvolver práticas de liberdade” (Ball; Olmedo, 2013, p. 90, tradução nossa), não sendo possível escapar ao que está posto. A partir daí, é importante pensarmos contextualmente e analisarmos o fato de que acabamos de “sair” de um período em que os discursos em torno da família tradicional, da moral e dos bons costumes foram propagados com veemência, tornando-se sobrevalorizados e ocupando um espaço considerável dentro da performatividade social.

É impossível considerarmos a humanidade sem cogitarmos os processos de territorialização, haja vista sermos animais substancialmente territoriais. A noção de território surge, então, como bastante significativa dentro das linhas que estamos traçando. O território possui, de acordo com Haesbaert (2007), uma dupla conotação, tanto material quanto simbólica. Em sua etimologia, o termo “território” provém de *terra-territorium* e de *terreoterror*, sendo este último ligado à ideia de “terror” ou de “aterrorizar”. Diante disso, por um lado, percebe-se que, com base no território, surge a possibilidade de uma “[...] dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no ‘*territorium*’ são impedidos de entrar” (Haesbaert, 2007, p. 20). Por outro lado, para aqueles que possuem o privilégio de usufruir de tal territorialidade, esta pode proporcionar a noção positiva de apropriação.

Para que haja a posse do território e, conseqüentemente, para que ele possa ser invadido e dominado, faz-se necessária a definição de limites desse espaço, conhecidas também como fronteiras.

Aqui, não fazemos uso do conceito de fronteiras como aquele difratado por Anzaldúa (2005), no qual as diferenças se instituem e (com)vivem, mas da fronteira que divide e separa o que está “dentro e fora”.

Podemos, simplificadaamente, falar em quatro grandes “fins” ou objetivos da territorialização, que podem ser acumulados e/ou distintamente valorizados ao longo do tempo: - abrigo físico, fonte de recursos materiais e/ou meio de produção; - identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria construção de fronteiras); - controle e/ou disciplinarização através do espaço (fortalecimento da idéia de indivíduo através de espaços também individualizados, no caso do mundo moderno); - construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações) (Haesbaert, 2007, p. 28).

Corpo-lugar é o quase-conceito do qual Brito (2017) parte em sua escrita. Para o autor, o lugar pode ser compreendido como um espaço de abertura, onde se experienciam múltiplas vivências nas mais variadas escalas, haja vista não haver uma zona limítrofe que o possa definir. Quando dizemos que algo “está lá naquele lugar”, indicamos, minimamente, onde determinada coisa pode se encontrar, porém não há, nessa fala, exatidão, justamente pelo fato de o lugar não possuir fronteiras. Quando esse lugar é dominado, estimulando o surgimento de distintas formas de autoridade sobre ele, configura-se, para Haesbaert (2007), a real perspectiva daquilo que se entende por território.

A performatividade cria diversos territórios: territórios do saber, territórios do poder, territórios do sentido, territórios de gênero, territórios culturais... Tais zonas – não raro, conflituosas – resguardam todos aqueles que estão cumprindo com as diretrizes regulamentadas e, assim sendo, protegem-nos. “Mesmo que uma imagem se torne hegemônica, ela se configura frente a uma gama de outras possibilidades – debatendo com elas de forma tácita, mantendo-as [a] distância ou subordinando-as” (Brown, 2017, p. 267), iniciando, assim, verdadeiras guerras pela defesa do território, atacando com munição pesada todos aqueles que ousam ficar para fora das muralhas que protegem as territorialidades.

Dentro/fora é uma oposição que tece as tramas da metafísica ocidental, instituindo relações hierárquicas que compreendem o “fora” sempre como inferior, oposição esta que, segundo Derrida (2001), deve ser invertida ou, melhor, desconstruída, enfatizando a necessidade de implodir tais movimentos por meio de operações que ocorrem no interior de tais construções – em nosso caso, os territórios performativos ou as performatividades territoriais.

O BATCUE DEPOIS DO BATCU

Apesar de já termos iniciado este texto com uma sintética descrição da *performance* ocorrida no Ministério da Saúde, cremos ser extremamente relevante – além de nossa obrigação de pesquisadoras – ampliarmos as perspectivas. Após o evento, o Ministério da Saúde emitiu uma nota, assumindo seu posicionamento institucional:

O Ministério da Saúde reforça que o episódio isolado não reflete a política da pasta nem os propósitos do debate sobre a promoção à saúde realizado no encontro. O evento, vinculado à Secretaria de Atenção Primária à Saúde, teve como objetivo apoiar a implementação e gestão participativa da Política Nacional de Promoção da Saúde a partir do compartilhamento de experiências entre gestores e trabalhadores de diferentes estados, com momentos dedicados à diversidade cultural. Para evitar que situações semelhantes ocorram novamente, a pasta imediatamente criou uma curadoria de eventos, vinculada ao Gabinete da Ministra, que avaliará se as participações propostas estão adequadas com a conduta e com a missão institucional do Ministério da Saúde (Brasil, 2023a).

Embora tenha agido rapidamente, o Ministério não conseguiu conter uma verdadeira enxurrada de matérias, discursos e posicionamentos fortemente influenciados pela ala conservadora, que iniciou uma verdadeira “caça às bruxas”, precipuamente por meio de falas nas redes sociais (Oposição reage [...], 2023), exigindo que a pasta divulgasse os gastos com o evento (Marzullo, 2023) e levando o caso ao Ministério Público, exigindo a abertura de uma investigação (Teixeira, 2023).

A mídia não economizou nas manchetes, adjetivando a *performance* das mais variadas maneiras: “ginecológica” (Vilela, 2023), “sexual” (Vilela, 2023), “obscena” (Evento da saúde [...], 2023), “sensual” (Blanes, 2023) e “erótica” (Batcu, 2023; Leite, 2023; Gadelha, 2023; Soares, 2023; Santos, 2023). O que se institui, a partir desse panorama, é um intenso debate em torno daquilo que é ou deixa de ser apropriado e adequado para determinados espaços.

Toda essa paisagem formada passou a orientar grande parte dos posicionamentos da grande massa. Em uma pequena consulta à rede social Instagram, percebe-se uma verdadeira enxurrada de comentários, alguns bastante populares, haja vista a quantidade de *likes*, e sempre incisivos e taxativos, afirmando que a dança é inapropriada. A fim de justificar seu posicionamento, a grande maioria ancora-se na ideia de que a dança é erótica e, desse modo, inapropriada, bem como que o uso do bom senso garantiria a não inclusão da *performance* no evento (Figura 1).

Figura 1 – Comentários recolhidos na rede Instagram

Quem escolhe essas coisas? Essa pessoa deveria ser mandada embora : sem postura , imoral , sem categoria . Associar Saúde com essa escolha vulgar , de péssimo gosto , no mínimo desse cargo .	Precisa de curadoria para evitar uma coisa dessa? O mínimo de bom senso já servia.
172 curtidas Responder Ver tradução	2.646 curtidas Responder Ver tradução
Kkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkk esquerda e direita concordam que isso foi ridículo	Inapropriado é o mínimo ! Precisa identificar essa mulher, quem contratou e o que foi combinado para esclarecer esse absurdo.
4.484 curtidas Responder Ver tradução	748 curtidas Responder Ver tradução
Na realidade eu acho que independente do setor local ou na esfera federal é INADIMISSÍVEL uma apresentação dessa, o povo que está ao lado, aplaudindo, essas pessoas não tem filtro não? Gente é independente de qualquer ideia, opinião de A de B, é ser sem noção mesmo. Quer dizer que a pessoa é convidada a apresentar algo em um evento e você, responsável pela programação, não sabe o que se vai fazer? Seja uma palestra, seja uma dança. Para se comprar um alfinete é uma licitação, se verifica, faz levantamento. E para uma programação, seja lá qual for, não se sabe o que vai o que vai passar?	QUE ISSO, MINHA GENTEMMM?!??? Além da vergonha alheia, revolta em saber que essas “dancinhas” estão se popularizando como “empoderamento feminino ” e uma quantidade absurda de crianças vulneráveis repetindo essa m3rd@ !!! Horror!
363 curtidas Responder Ver tradução	390 curtidas Responder Ver tradução
Não precisa ser opositor para criticar isso. Um evento de saúde com dança erótica. Baixaria total	Inapropriado é pouco !!! Temos SIM que fazer uma crítica pesada para forçar o governo a escolher melhor sua equipe. Lula está cercado de inimigos íntimos .
7.615 curtidas Responder Ver tradução	3.091 curtidas Responder Ver tradução
Esse tipo de dança è descabido ! Sempre	
935 curtidas Responder Ver tradução	

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Já outras falas buscam sustentação na ridicularização (Figura 2). Se pensarmos que o ato de racializar consiste em menosprezar, diminuir ou discriminar determinado grupo em virtude de características em comum (Lapolli; Paranhos; Willerding, 2022), logo podemos inferir que o uso da “graça” para atacar determinada pessoa, grupo ou movimento consiste, como nos lembra Moreira (2019), em uma prática de racismo recreativo.

Figura 2 – Comentários recolhidos na rede Instagram

Deve ser uma campanha pra exame de fezes

1.164 curtidas Responder Ver tradução

“Promoção de saúde mental” ensinando como não se portar em público

927 curtidas Responder Ver tradução

Chamar isto de artístico é piada

5 curtidas Responder Ver tradução

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A questão do território e/ou da espacialização também esteve extremamente presente nos comentários analisados (Figura 3), todos afirmando ser aquele um ambiente inapropriado para o tipo de *performance* proposta, a qual deveria se restringir a espaços específicos.

Figura 3 – Comentários recolhidos na rede Instagram

**ali não cabia de jeito
nenhum, quem propôs um ato desse
sabia o que estava fazendo com
certeza**

2 curtidas Responder Ver tradução

**menos passada de pano por favor.
Existem situações mais adequadas e
aquela não era uma delas.**

5 curtidas Responder Ver tradução

**“críticas da oposição” ah pronto... para de
politizar e achar que crítica só vem da
oposição! Isso aí deveria ser absurdo pra
qualquer um.. nem só pela apresentação,
mas pelo ambiente e evento. Tá faltando é
bom senso mesmo**


989 curtidas Responder Ver tradução

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Por fim, e não podemos deixar de destacar, há um recorte bastante expressivo no que se refere aos aspectos de gênero e sexualidade, quando, de um lado, se deslegitima a identidade transexual

ou travesti, afirmando não se tratar de um espectro que performe na mulheridade (Nascimento, 2021) ou, ainda, vinculando-a à prostituição (Figura 4).

Figura 4 – Comentários recolhidos na rede Instagram

Não era uma mulher. 24 curtidas Responder Ver tradução	Que grupo artístico ? Grupo artístico ou de sacanagem ? 3 curtidas Responder Ver tradução
Foi bizarro. Vergonhoso para todo mundo que viu. Alguém foi pago pra aplaudir a stripper. 32 curtidas Responder Ver tradução	VOGUING??? Pelo amor de Deus né? Essa putaria explícita que chamam de dança é funk do mais baixo e vulgar que pode existir. 
A apresentação mostra um homem vestido de mulher num show de horrores, poderiam ter sido interrompidos quando viram a pataquatada. 1 curtida Responder Ver tradução	O que o povo merece é alguém de lingerie semi nu rebolando de costas pra o povo? Um país com tantas necessidades, não merece isso.
Tudo isso para dizer que somos livres em nossa sexualidade, a ponto de escancarar o anseio inconsciente de, mediante tais danças, acasalar em público? Não basta abordar o sexo no sentido de defendermos com quem desejamos ficar, independentemente das convenções? Qual a finalidade de vulgarizar a libido a pretexto de fazer arte? É sujar a imagem do progressismo brasileiro?	

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Nosso desejo aqui não é o de propor uma análise do discurso, na qual nos aprofundaríamos em cada um dos enunciados apresentados. Eles são expostos a fim de validar nossas afirmativas preliminares, servir-nos de base para uma discussão ampla acerca da performatividade e, ademais, levar-nos a difratar em torno da “indissolubilidade entre a materialidade e a significação” (Colling; Arruda; Nonato, 2019, p. 9), bem como acerca da maneira como tais constructos tornam corpos, discursos, expressões e práticas inteligíveis, ou mesmo “aceitáveis”, em detrimento de outros.

É imperioso lembrarmos que “[...] a tecnologia da performatividade aparece como enganosamente objetiva e hiper-racional. Central para o seu funcionamento é a tradução de processos e eventos sociais complexos em simples figuras ou categorias de julgamento” (Ball, 2003, p. 217, tradução nossa), o que, ao nosso ver, é facilmente identificável. É a partir delas que nossa atenção se voltou para os novos fenômenos que surgem no cenário social, os quais, nos parece, novamente se dispõem a produzir uma abjeção do outro, levando-nos a esta tentativa de pensar sobre um movimento que ameaça sujeitos da/em mudança a partir da performatividade (Ball, 2003).

Retornamos, assim, à lógica territorialista do dentro/fora, que nos leva diretamente à *Epistemologia do Armário*, de Sedgwick (2007), que, em sua construção, debate a ideia de sigilo e da privacidade presentes em nossa sociedade cisheteronormada. A análise de Sedgwick (2007) debruça-se, prioritariamente, sobre a analogia do armário como território onde pessoas sexo-gênero em dissidência se encontram escondidas enquanto não assumem publicamente suas identidades e orientações. Percebam

que o uso de “território” não é mero acaso. Sujeitos que se encontram no armário não estão lá por desejo genuíno, mas, sim, por conta de todo um “cistema” que estrutura uma narrativa capaz de controlar os mais distintos corpos e, por meio de sua operação, regular os seus processos de subjetivação. A construção do armário representa uma

[...] crise específica de definição [que] marcou por sua vez outros pares tão básicos para a organização cultural moderna, como masculino/feminino, maioria/minoria, inocência/iniciação, natural/artificial, novo/velho, crescimento/decadência, urbano/provinciano, saúde/doença, mesmo/diferente, cognição/paranóia, arte/kitsch, sinceridade/sentimentalidade e voluntariedade/dependência (Sedgwick, 2007, p. 28-29).

Dentro do quadro neoliberal, “[...] ‘o privado’ [vem] sendo usado para referir-se a uma esfera ou esferas da vida social nas quais a intrusão ou interferência em relação à liberdade requer justificativa especial” (Okin, 2008, p. 306), e o público representa um território de maior acessibilidade. A partir dessa definição, o par público/privado chancela tanto questões relacionadas ao Estado – público – quanto à vida doméstica – privado. Assim, de uma maneira muito simples, podemos depreender que tudo aquilo que comumente relacionamos com a vida doméstica, tais como família e vida íntima, está intrinsecamente ligado ao contexto do privado. A construção de uma cisão social não é recente, mas remonta ao século XVII, sobretudo relacionada ao tecido político ocidental, onde há uma considerável influência de sistemas como o patriarcado, o qual se liga a muitos outros locais de poder, mesmo aqueles mais contemporâneos (Okin, 2008).

A relação dicotômica instituída é utilizada largamente para defender que o Estado – público – não deve intrometer-se naquilo que diz respeito à vida privada – doméstico –, assegurando, ao menos em teoria, que tais separações sejam aplicadas a todos os sujeitos da mesma maneira. Os estudos feministas, no entanto, rebatem tal definição, no instante em que a “[...] ideia liberal da não-intervenção do Estado no âmbito doméstico, ao invés de manter a neutralidade, na verdade reforça as desigualdades existentes nesse âmbito” (Okin, 2008, p. 320), posicionamento do qual partimos e ampliamos, pois não somente as desigualdades de gênero são reforçadas, mas todas aquelas figuradas por sujeitos subalternizados (Spivak, 2010).

Em seu estudo que busca analisar a compreensão de docentes acerca das questões de gênero, sexualidade e diversidade no ambiente escolar a partir da perspectiva docente, Madureira e Branco (2015) explicitam o quanto a fronteira binária do público/privado ainda surge nos discursos como sendo um validador de determinados papéis assumidos pelos sujeitos na sociedade, sejam estes relacionados à identidade de gênero ou à orientação afetivo-sexual. Por mais que haja uma “defesa” da “diversidade”, esta se encerra quando algo inapropriado evade do espaço privado, causando estranhamento dentro do contexto social.

O movimento de “rereterritorialização”, se é que podemos assim chamar, a partir da performatividade, concebendo uma nova ideia de armário, onde se estabelece uma relação dentro/fora inversa àquela que Derrida (2001) advertiu em outro momento – visto que agora é aquilo que está dentro que se considera inferior, desvio –, tem dado outras pistas além da *performance* do *Batcu*. Começamos pelo Projeto de Lei (PL) nº 580, de 27 de março de 2007, e textos a ele apensados, que contrariam a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que, no ano de 2011, decidiu equiparar as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis cisheterossexuais (Brasil, 2023b).

O PL prevê que, a partir de sua aprovação, não poderão mais ser utilizados os termos “casamento” e “união estável”, os quais serão de uso exclusivo em matrimônios entre pessoas do sexo oposto, e que, em seu lugar, utilizar-se-á a palavra “contrato”, a fim de que somente os direitos patrimoniais sejam garantidos na união de pessoas do mesmo sexo (Brasil, 2007). O PL foi aprovado em 10 de outubro de 2023, na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, por 12 votos contra cinco, e agora segue para a Comissão de Constituição e Justiça da casa legislativa (Júnior; Haje, 2023; Amorozo, 2023).

Durante a votação do PL, entou-se, por parte da bancada conservadora, um verdadeiro coro contra as crianças trans (Mariah Aquino, 2023), ação não isolada, mas que representa uma série de outros projetos de lei que também tramitam pela casa, a exemplo do Projeto de Lei 192/2023, que “[...] criminaliza a conduta das pessoas que incentivem ou permitam a mudança de sexo em crianças ou adolescentes” (Haje, 2023), do Projeto de Lei 204/2023, que “[...] veda cirurgias de mudança de sexo para menores de 21 anos e terapias hormonais para menores de 18 anos” (Brasil, 2023c), ou, ainda, a aprovação de um debate, por parte da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, com fins de questionar as “[...] orientações do Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Medicina para o tratamento de crianças em incongruência de gênero, popularmente denominadas como crianças e adolescentes trans” (Comissão promove [...], 2023).

Por fim, em 5 de dezembro de 2023, momento em que ainda nos debruçávamos sobre a construção deste texto, chegou-nos a notícia da aprovação, na Câmara dos Deputados, do PL 6256/2019, que institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, objetivando o compartilhamento de informações entre o poder público e órgãos a ele ligados/subordinados de maneira simples e objetiva, facilitando sua compreensão. Ocorre que, durante sua votação, um destaque realizado pelo deputado Junio Amaral, do Partido Liberal de Minas Gerais (PL-MG), proibindo o uso de linguagem neutra por esses órgãos, recebeu 257 votos favoráveis, 144 contrários e duas abstenções (Câmara aprova [...], 2023). Tais atos proibitivos em torno da linguagem neutra somam-se nas casas legislativas municipais e estaduais do país, sobretudo no último ano.

Esses são somente alguns fatos que nos possibilitam exemplificar aquilo que trouxemos anteriormente, enquanto realizamos uma analogia entre disseminação viral e performatividade. Existe, no atual contexto brasileiro, uma produção viral, uma disseminação que, aos poucos, nos dá indícios de uma nova pandemia, a qual não tem sido percebida com a devida atenção por nós que compomos a academia. Não existe, nessa “nova”⁶ performatividade que vem se instituindo, um princípio, um começo, um epicentro que possamos atacar. Ela é, na verdade, somente uma constante repetição e proliferação discursivo-material (Barad, 2007), que tem encontrado reconhecimento em alguns agrupamentos, ressoado e formado contextos, os mais conservadores possíveis.

Se, no ano de 2014, Barros, Ribeiro e Quadrado (2014, p. 201) afirmaram que na “[...] contemporaneidade, podemos perceber um afrouxamento entre as fronteiras do que é permitido para o espaço público e para o espaço privado na sociedade atual”, passados dez anos, parece-nos que estamos retrocedendo. Discursos como os que trouxemos ilustram o movimento que objetiva não só guardar,

⁶ Utilizamos “nova” entre aspas no intuito de enfatizar que não existe inovação alguma na lógica da performatividade que se apresenta, mas que ela é somente o reflexo de práticas de performatividade bastante antigas e que, dada sua iterabilidade, surgem de maneira modificada em alguns aspectos, podendo levar à sensação de que há algo de novo.

mas esconder as pessoas que se negam a seguir os caminhos das diversas normatividades no fundo do armário, inclusive jogando a chave fora e fadando-as, novamente, à segregação.

“BATCURRÍCULO” – (RE)PENSAR A PERFORMATIVIDADE, (RE)PENSAR A ESCOLA

O vírus com o qual lidamos não surge no *Batcu*. Na realidade, ele encontra um território já anteriormente delimitado – o conservadorismo –, onde se institui um processo de reconhecimento, condição necessária para que se torne iterável e, conseqüentemente, repetível, porém, nessa repetição, vários efeitos surgem, criando outros contextos. Esse vírus já vem sendo propagado há muito tempo, e qualquer tentativa de definir sua gênese nos levará, certamente, a séculos passados. Contudo, em uma análise um pouco mais próxima de nossa atual temporalidade, é fato que ele é uma variante daquele mesmo vírus que “começa” – quando, na verdade, tudo já havia começado muito antes – em nosso país em junho de 2013.

Em sua obra mais recente, *Dysphoria mundi. El sonido del mundo derrumbándose*, Preciado (2022) potencializa suas difrações por meio de um giro político-onto-epistemológico que busca perceber as formas que os corpos contemporâneos têm utilizado como estratégia contraprodutiva, a fim de escapar dos regimes de regulação. Escrito durante a pandemia da covid-19, Preciado (2022) utiliza o vírus, tal como o fazemos, como analogia para ilustrar seus pensamentos. De acordo com o filósofo, uma das maneiras que os Estados encontraram para proteger-se da pandemia foi buscar relocalizar as fronteiras já instituídas e dar contornos aos territórios, transferindo-as para espaços muito menores, facilitando, possivelmente, seu governo. Esses territórios foram os corpos que, a partir de então, deveriam obedecer à lógica do confinamento, prática que não é recente, mas que era utilizada, ao menos nos últimos anos, para imigrantes e refugiados, garantindo que seus corpos ficassem fora do convívio comunitário. Percebe-se a adaptação, a modificação de uma disseminação viral que já era conhecida, gerando novos efeitos, promovendo novos contextos e garantindo a estabilidade de uma política de performatividade.

Preciado (2022) segue emaranhando seus “pensamentos com” em torno do fenômeno que, naquele momento, nos parecia insolucionável e produzindo análises que, passado aquele duro período, nos parecem extremamente lúcidas e necessárias. Um outro ponto que merece destaque dentro de sua obra, que muito se aproxima do exercício que aqui propomos e que possui total relação com a territorialização dos corpos, é uma outra construção territorial que foi batizada pelo espanhol como “telerrepública” da casa. De um lado desse quase conceito, temos a ideia de que a casa foi transformada em um local de extrema tecnificação, onde as tecnologias de trabalho e controle foram aprimoradas, possibilitando que seguissemos as normas do confinamento. Contudo, o que mais nos interessa aqui é a outra ideia que também está inscrita na “telerrepública”, consistindo na reedição dos dispositivos que asseguram a ideia da dicotomia público/privado. Não é por acaso que, durante o isolamento social, os números de violência doméstica aumentaram exponencialmente, afinal, existia a “segurança” de que não haveria interferências externas ao que ocorria naquele espaço (Noal; Damásio, 2020; Fornari *et al.*, 2021; Ornell *et al.*, 2020).

Ao final de seu texto, Preciado (2022) relaciona algumas práticas que poderiam nos auxiliar na implementação de uma abordagem contraprodutiva, por meio de exercícios, segundo Axt (2023, p. 320), como a

[...] desidentificação, desnormalização, a coletivização da somateca, hibridação, autobiohack a resistência ao consumo politoxicomaniaco. Para Preciado estas são práticas e estratégias

necessárias para liberação de todo o “potencial metamórfico e revolucionário”, que levará à emancipação das multidões através da ressensibilização e ressignificação dos corpos, das consciências, da percepção e dos sentidos. Estas são práticas de experimentação, reparação e cuidado. E, somadas ao redor do mundo, já constituem as insurreições que causaram profundas rachaduras aos fundamentos do antigo regime.

Partindo das dinâmicas dos vírus, Preciado (2022) também percebeu o surgimento de uma forma outra de performatividade social – a mesma, ainda que sendo outra, mas, ao mesmo tempo, sendo a mesma, e a qual estamos percebendo aqui. Elas estão entrelaçadas e fazem parte de um processo de disseminação que se entrecruza em vários pontos. As práticas apontadas por Preciado (2022) devem ser consideradas como “vacinas” que têm potencial para atacar o vírus que é disseminado, práticas que podemos utilizar dentro do campo da educação.

Seja a pandemia e seus reflexos territorialistas, sejam os movimentos contra a criança trans, o casamento homoafetivo, a linguagem neutra ou, ainda, a repercussão gerada a partir da *performance* do *Batcu* – fato de onde partimos para a construção de nosso argumento –, a ideia central que defendemos como pesquisadoras da educação é a necessidade de (re)pensarmos a performatividade e (re)pensarmos a escola, sem que haja, nessa relação, qualquer tipo de hierarquia. Todos os indícios que apresentamos ao longo do texto nos demonstram a emergência de considerarmos, diante da “nova” organização performática, aspectos extremamente necessários para que possamos garantir o respeito e a compreensão da alteridade dentro do âmbito escolar.

Essa é uma demanda que devemos assumir em nosso exercício docente, e existem algumas motivações para tanto. A primeira, e talvez mais crucial entre todas, é a de que, como sujeitos que vivem dentro do “cistema” neoliberal, somos também, reiteradamente, capturados pela performatividade, operando a partir de suas normas e, ao mesmo tempo, constituindo-as (Goodley; Perryman, 2022). Em nossas atividades laborais, cada vez mais somos levados ao desenvolvimento de uma prática individualizada, haja vista a grande demanda de trabalho, que nos impede de realizar construções coletivas, além da introdução de “[...] uma rotina de constante relato e registro da nossa prática” (Ball; Olmedo, 2013, p. 90, tradução nossa), o que nos leva a uma permanente sensação de desmotivação e insegurança, as quais não nos é permitido expressar, visto que temos por obrigação sempre buscar fazer mais e melhor.

Outro fator bastante presente é a necessidade constante de demonstrarmos nosso desempenho por meio de indicadores, os quais acabam, não raro, sendo definidos e divulgados precipitadamente, sem que de fato tenhamos desenvolvido quaisquer atividades que sejam consideradas produções de excelência (Ball; Olmedo, 2013). A mesma lógica também exige de nós que absolutamente tudo o que fazemos objetive a agregação de algum valor comensurável, sendo impossível produzirmos algo pelo simples desejo de produzir (Han, 2015, 2023). Partindo dos comentários expostos anteriormente, podemos considerar que, em determinado ponto, eles questionam: O que uma dança como essa agrega? Ela produz algo? Respostas são necessárias, pois os “[...] resultados são priorizados sobre os processos, os números sobre as experiências, os procedimentos sobre as ideias, a produtividade sobre a criatividade” (Ball; Olmedo, 2013, p. 91, tradução nossa).

Por fim, indagamos: A escola é território ou local? De acordo com Macedo (2017, p. 551), “[n]egociar com a alteridade nos despoja do lugar tranquilo de uma comunidade de reconhecimento”, o que nos dá indícios de que, realmente, um exercício ético-político em prol da alteridade não é nada simples. Entretanto, “[...] este é um caminho ético para a educação porque explicita nossa

interdependência constitutiva, nos obriga a reconhecer o outro como aquilo que não foi inventado” (Macedo, 2017, p. 551). Sendo a escola um espaço que deve abrir-se à diferença e, como consequência, tendo nós, docentes, o compromisso de militar por tal abertura, devemos entendê-la como lugar, sem zonas ou limites definidos, que dificultam ou até mesmo impedem a entrada de muitos (Haesbaert, 2007).

Nosso papel é duvidar desse novo território que vem sendo delimitado pelos movimentos conservadores, justamente pelo fato de não percebermos sua operação junto a nós, pois, conforme indicam Ball e Olmedo (2013, p. 89, tradução nossa), a “[...] racionalidade da performatividade se apresenta como o novo senso comum, como algo lógico e desejável”. Talvez tenhamos sido nós que, ao vermos a dança, disparamos comentários definindo-a como inapropriada, indecente ou qualquer outra adjetivação que possa ter sido usada – reação esperada pelo poder performativo. Todavia, “[r]esistir à performatividade ao nível discursivo implica problematizar a essência e a ‘matéria-prima’ das nossas próprias práticas. Exige a desconstrução e recriação de si e uma certa capacidade de autoexame crítico” (Ball; Olmedo, 2013, p. 89, tradução nossa).

O convite, certamente, nos causa receio, pois desenha-se no recinto da educação aquilo que é definido por Goodley e Perryman (2022, p. 10, tradução nossa) como “[p]erformatividade panóptica”, que se refere a “[...] um regime de inspeção em que professores e alunos se sentem como se estivessem constantemente a ser observados, e atuam em conformidade, a fim de escapar ao regime”. Atualmente, o que temos na escola é o estabelecimento de um ambiente de visibilidade normalizado, indicando o desdobramento oriundo de uma espécie de pós-panoptismo, onde o controle visual é tamanho que já se introjetou em nossas subjetivações.

Talvez isso nos leve, também, a entender por que as pessoas agem de maneira tão rápida seguindo os padrões instituídos pela performatividade, como no caso dos discursos disparados a partir do *Batu*, inclusive podendo-se deslocar tal análise para os setores conservadores que, na necessidade de defender determinado posicionamento, também respondem a essa performatividade na “obrigação” de “denunciar”, reforçado pelo que trazem Ball e Olmedo (2013, p. 88, tradução nossa): “[...] o neoliberalismo difere da iteração anterior substituindo a lógica da troca pela da competição”. Outrossim, se “[...] podemos dizer que não há vida sem essa negociação – ela é constitutiva de nossa subjetividade –, é importante estar atentos para as tentativas de deslegitimá-la e torná-la invisível” (Macedo, 2017, p. 551), não nos sendo mais possível fazer uso da linguagem sem questionar a mensagem que ela carrega em si.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP*, [s. l.], v. 38, p. 185-213, 2019.
- AMOROZO, Marcos. Comissão da Câmara aprova projeto de lei que proíbe casamento homoafetivo. *CNN*, Brasília, 10 out. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/comissao-da-camara-aprova-projeto-de-lei-que-proibe-casamento-homoafetivo/>. Acesso em: 18 out. 2023.
- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Book, 2005.

AQUINO, Mariah. Câmara: votação sobre união homoafetiva vira coro contra criança trans. *Metrópoles*, [s. l.], 5 set. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/camara-votacao-sobre-uniao-homoafetiva-vira-coro-contra-crianca-trans>. Acesso em: 18 out. 2023.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AXT, Bryan. Dysphoria mundi: por uma nova ontologia política comum. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 36, n. 1, p. 316-321, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/CEF-v36n1-2023-19>

BALL, Stephen J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 37-56, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15865>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BALL, Stephen J. The teacher's soul and the terrors of performativity. *Journal of Education Policy*, Londres, v. 18, n. 2, p. 215-228, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/0268093022000043065>

BALL, Stephen J.; OLMEDO, Antonio. Care of the self, resistance and subjectivity under neoliberal governmentalities. *Critical Studies in Education*, [s. l.], v. 54, n. 1, p. 85-96, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/17508487.2013.740678>

BARAD, Karen. *Meeting the universe halfway*. Durham: Duke University Press, 2007.

BARROS, Suzana da Conceição de; RIBEIRO, Paula Regina Costa; QUADRADO, Raquel Pereira. Sexting: a espetacularização da sexualidade. *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, v. 24, n. 45, p. 197-215, 2014. DOI: <https://doi.org/10.18675/1981-8106.vol24.n45.p197-215>

BATCU: Lula manda Ministério da Saúde demitir todos os responsáveis pela dança erótica. *Brasil 247*, [s. l.], 7 out. 2023. Disponível em: <https://www.brasil247.com/regionais/brasil/batcu-lula-manda-ministerio-da-saude-demitir-todos-os-responsaveis-pela-danca-erotica>. Acesso em: 9 out. 2023.

BLANES, Simone. Ministra da Saúde exonera diretor da pasta após dança sensual em evento. *Veja*, [s. l.], 7 out. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/diretor-de-ministerio-da-saude-e-exonerado-apos-danca-sensual-em-evento/>. Acesso em: 9 out. 2023.

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 441-473, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645172>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 580, de 27 de março de 2007*. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva. Brasília: Câmara dos Deputados. [2007]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=346155&fichaAmigavel=nao>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Posicionamento do Ministério da Saúde sobre o 1º Encontro de Mobilização para Promoção da Saúde. *Gov.br*, Brasília, 7 out. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/canais-de-atendimento/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2023/posicionamento-do-ministerio-da-saude-sobre-o-1-encontro-de-mobilizacao-para-promocao-da-saude>. Acesso em: 9 out. 2023.

BRASIL. Mês da Mulher: há 12 anos, STF reconheceu uniões estáveis homoafetivas. *STF Notícias*, Brasília, 30 mar. 2023b. Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=504856&ori=1#:~:text=Em%20maio%20de%202011%2C%20o,homoafetiva%20como%20um%20n%C3%BAcleo%20familiar.>

BRASIL, Emanuelle. Projeto proíbe cirurgia de mudança de sexo em menores de 21 anos. *Agência Câmara de Notícias*, Brasília, 20 mar. 2023c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/941218-projeto-proibe-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-em-menores-de-21-anos/>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRITO, Leandro Teófilo de. “Enfrentar o vírus como homem e não como moleque”: quando a masculinidade tóxica se torna genocida. *Revista Docência e Ciberultura*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 150-162, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2022.62923>

BRITO, Marcelo Sousa. O lugar que há em nós ou o corpo-lugar que somos nós. *ILINX – Revista do LUME*, Campinas, n. 12, p. 12-22, 2017. Disponível em: <https://orion.nics.unicamp.br/index.php/lume/article/view/532>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BROWN, Wendy. Revisando Foucault: *homo politicus* e *homo oeconomicus*. Tradução: Danielle Guizzo Archela, Gustavo Hessmann Dalaqua e Sibebe Paulino. *DoisPontos*, Curitiba, v. 14, n. 1, p. 265-288, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5380/dp.v14i1.48108>

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001. p.151-172.

BUTLER, Judith. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael Mérida (org.). *Sexualidades transgressoras: Uma antologia de estudos queer*. Barcelona: Icaria Editorial, 2002. p. 55-80.

CÂMARA APROVA proibição de linguagem neutra em órgãos públicos. *Carta Capital*, Brasília, 5 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/camara-aprova-proibicao-de-linguagem-neutra-em-orgaos-publicos/amp/>. Acesso em: 6 dez. 2023.

COLLING, Leandro; ARRUDA, Murilo S.; NONATO, Murillo N. Perfechatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 57, p. 1-34, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201900570002>

COMISSÃO PROMOVE debate sobre orientações de tratamento para crianças e adolescentes trans. *Agência Câmara de Notícias*, Brasília, 21 jun. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/973154-comissao-promove-debate-sobre-orientacoes-de-tratamento-para-criancas-e-adolescentes-trans/>. Acesso em: 18 out. 2023.

DERRIDA, Jacques. *Posições*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

EVENTO DA SAÚDE apresenta dança obscena e música pornográfica. *Jornal O Diário*, [s. l.], 6 out. 2023. Disponível em: <https://www.odiariojornal.com.br/noticia/4756/evento-da-saude-apresenta-danca-obscena-e-musica-pornografica>. Acesso em: 9 out. 2023.

FORNARI, Lucimara Fabiana; LOURENÇO, Rafaela Gessner; OLIVEIRA, Rebeca Nunes Guedes de; SANTOS, Danyelle Leonette Araújo dos; MENEGATTI, Mariana Sbeghen; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Violência doméstica contra a mulher na pandemia: estratégias de enfrentamento divulgadas pelas mídias digitais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 74, p. 1-8, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0631>

GADELHA, Igor. “Batcu”: Irritado, Planalto pressionou Ministério da Saúde por reação. *Metrópoles*, [s. l.], 7 out. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/batcu-planalto-saude-reacao>. Acesso em: 9 out. 2023.

GOODLEY, Claire; PERRYMAN, Jane. Beyond the ‘terrors of performativity’: dichotomies, identities and escaping the panopticon. *London Review of Education*, Londres, v. 20, n. 1, p. 1-14, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14324/LRE.20.1.29>

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>

HAJE, Lara. Projeto pune com prisão quem incentivar ou permitir mudança de sexo em crianças e adolescentes. *Agência Câmara de Notícias*, Brasília, 21 mar. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/941111-PROJETO-PUNE-COM-PRISAO-QUEM-INCENTIVAR-OU-PERMITIR-MUDANCA-DE-SEXO-EM-CRIANCAS-E-ADOLESCENTES>. Acesso em: 18 out. 2023.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chul. *Vita contemplativa ou sobre a inatividade*. Petrópolis: Vozes, 2023.

JÚNIOR, Janary; HAJE, Lara. Comissão aprova projeto que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo. *Agência Câmara de Notícias*, Brasília, 10 out. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1006272-comissao-aprova-projeto-que-proibe-o-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo/>. Acesso em: 18 out. 2023.

LAPOLLI, Édis Mafra Lapolli; PARANHOS, William Roslindo; WILLERDING, Inara Antunes Vieira. *Diversidades: o bê-á-bá para a compreensão das diferenças*. 1. ed. Florianópolis: Pandion, 2022.

LEITE, Hellen. Após dança erótica em cerimônia, Ministério da Saúde anuncia curadoria para organizar eventos. *R7*, Brasília, 6 out. 2023. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/apos-danca-erotica-em-cerimonia-ministerio-da-saude-anuncia-curadoria-para-organizar-eventos-06102023/>. Acesso em: 9 out. 2023.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.044>

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MACEDO, Elizabeth. Mas a escola não tem que ensinar? Conhecimento, reconhecimento e alteridade na teoria do currículo. *Currículo sem Fronteiras*, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 539-554, 2017.

MACEDO, Elizabeth; MILLER, Janet L. Por um currículo “outro”: autonomia e relacionalidade. *Currículo sem Fronteiras*, [s. l.], v. 22, p. 1-17, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35786/1645-1384.v22.1153>

MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago. Neoliberalismo, subjetividade e educação: interpelações da diferença. *Currículo sem Fronteiras*, [s. l.], v. 22, p. 1-5, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35786/1645-1384.v22.1150>

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Ângela Uchoa. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 577-591, set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.9788/TP2015.3-05>

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 8, n. 2, p. 110-117, 2009.

MARZULLO, Luísa. Dança ‘Batcu’: bolsonaristas solicitam detalhamento de gastos do evento promovido pelo Ministério da Saúde. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 out. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/10/06/danca-batcu-bolsonaristas-solicitam-detalhamento-de-gastos-do-evento-promovido-pelo-ministerio-da-saude.ghtml>. Acesso em: 11 out. 2023.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. *Revista Concinnitas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 28, p. 334-354, 2016.

MOREIRA, Adilson. *Racismo recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOAL, Débora da Silva; DAMÁSIO, Fabiana (coord.). *Violência doméstica e familiar na covid-19*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/41121/Sa%3%bade-Mental-e-Aten%3%a7%3%a3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-viol%3%aancia-dom%3%a9stica-e-familiar-na-Covid-19.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 18 out. 2023.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, p. 305-332, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200002>

OLIVEIRA, João Manuel de. Trans-ações de gênero, operando contra o sistema. *ex aequo*, Lisboa, n. 38, p. 9-16, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.38.01>

OPOSIÇÃO REAGE a evento promovido pelo Ministério da Saúde com dança ‘batcu’; vídeo. *O Globo*, [s. l.], 6 out. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2023/10/oposicao-reage-a-evento-promovido-pelo-ministerio-da-saude-com-danca-batcu.ghtml>. Acesso em: 11 out. 2023.

ORNELL, Felipe; HALPERN, Silvia; DALBOSCO, Carla; SORDI, Anne Orgler; STOCK, Bárbara Sordi; KESSLER, Felix; TELLES, Lisieux Borba. Violência doméstica e consumo de drogas durante a pandemia da COVID-19. *Pensando Famílias*, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 3-11, jul. 2020.

OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, [s. l.], v. 18, p. 117-143, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502002000100005>

PARANHOS, Will; JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luisa. “Por uma escola gordal”: difrações a partir do ativismo e estudos do corpo gordo. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 75, p. 150-165, 2023. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2023.78800>

PARANHOS, William R.; WIGGERS, Eliz M.; WILLERDING, Inara A. V. A “docilização” de corpos em discursos políticos e sua repercussão nos contextos educativos. In: LEMOS, Flávia Cristina Silveira *et al.* (org.). *O dispositivo gênero-sexualidade-racismos e a educação libertária: ensaios analíticos de Psicologia Social*. Curitiba: CRV, 2022. p. 423-440.

PRECIADO, Paul B. *Dysphoria mundi: El sonido del mundo derrumbándose*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2022.

ROCHA, Cássio Bruno Araujo. Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 507-516, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430507>

SANTOS, Natália. Oposição critica dança erótica apresentada em evento do Ministério da Saúde em Brasília. *Estadão*, [s. l.], 6 out. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/oposicao-critica-danca-evento-ministerio-da-saude-brasilia-governo-lula-nprp/>. Acesso em: 9 out. 2023.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 28, p. 19-54, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>

SENRA, Ricardo. News Brasil. Imbrochável? ‘Discurso hipersexualizado de Bolsonaro é típico da masculinidade frágil’, diz psicanalista. *BBC*, Londres, 7 set. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62795997>. Acesso em: 12 out. 2023.

SOARES, Ingrid. Após “dança erótica”, Ministério da Saúde cria curadoria para eventos. *Diário de Pernambuco*, [s. l.] 6 out. 2023. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2023/10/apos-danca-erotica-ministerio-da-saude-cria-curadoria-para-eventos.html>. Acesso em: 9 out. 2023.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Isadora. “Batcu”: deputado aciona MP após evento do governo com dança erótica. *Metrópoles*, [s. l.] 6 out. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/batcu-deputado-aciona-mp-apos-evento-do-governo-com-danca-erotica>. Acesso em: 11 out. 2023

VILELA, Marlice Pinto. Mulher apresenta dança sexual em evento do Ministério da Saúde. *Gazeta do Povo*, Brasília, 6 out. 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mulher-danca-sexual-evento-ministerio-da-saude/>. Acesso em: 9 out. 2023.

VILELA, Rodrigo. Toca o BATCU: evento do ministério da saúde tem bunda de fora e dança pornográfica. *Diário do Poder*, [s. l.] 6 out. 2023. Disponível em: <https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/xwk-brasil/toca-o-batcu-evento-do-ministerio-da-saude-tem-bunda-de-fora-e-danca-pornografica>. Acesso em: 9 out. 2023.

WAYAR, Marlene. *Travesti: una teoría lo suficientemente buena*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Muchas Nuances, 2021.

Submetido: 14/10/2024

Preprint: 26/03/2024

Aprovado: 28/02/2025

Editor(a) de seção: Levindo Diniz Carvalho

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Autora 1 – Participação ativa em todas as fases de pesquisa e produção do texto.

Autora 2 – Participação ativa em todas as fases de pesquisa e produção do texto.

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

As autoras declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.